

ROUPA NOVA PARA CHAPEUZINHO VERMELHO

Martha E. K. Kling Bonotto, CRB-10/755*

RESUMO: A reescritura de Chapeuzinho Vermelho por James Finn Garner revela, ao ser comparada com as versões de Perrault e Grimm, que o discurso politicamente correto inscreve-se em outras condições de produção e, portanto, numa outra formação discursiva, apresentando uma moral, diferente, mas igualmente rígida, em que é sendo necessário eliminar do dito a forma de dizer preconceituosa que não é mais permitida. Os sentidos que sofreram reversão nesta nova formação discursiva são basicamente a imagem da menina e a negatividade da imagem do Lobo, que ocupam novas posições-sujeito. Permanece a imagem do perigo, mas elimina-se a imagem do medo, sendo que o tratamento da questão do crime e do castigo evidencia aspectos polissêmicos do discurso politicamente correto.

PALAVRAS-CHAVE: Chapeuzinho Vermelho; Discurso Politicamente Correto; Literatura Infantil.

ABSTRACT: Little Red Riding Hood, re-written by James Finn Garner reveals, when confronted with Perrault's and Grimm's versions, that political correctness is inscribed in other conditions of production and, therefore, in a different discursive formation, whose ethics, though different, is equally inflexible, in which it is necessary to eliminate the biased way of expressing, for it is no longer permitted. The meanings that were reversed are basically the images of the girl and the wolf, that are placed in new subject positions. The image of danger remains, though the image of fear is eliminated. The way crime and punishment are dealt with reveals polissemic aspects of political correctness.

KEY WORDS: Little Red Riding Hood; Political Correctness; Children's Literature.

* Professora Assistente no Departamento de Ciências da Informação da UFRGS. Mestre em Letras pela UFRGS.

Novos tempos, novos sentidos. Mas serão todos os sentidos necessariamente novos? Será que a moral vigente nos domínios de Perrault e Grimm e seu discurso pedagógico-autoritário pertencem definitivamente ao passado? A fim de instituir uma nova ética e, assim, ensinar, não mais o velho sentido, mas um sentido novo, James Finn Garner escreve, em 1994, o seu *Chapeuzinho Vermelho*.

Seu discurso inscreve-se no movimento politicamente correto*, como o próprio autor indica no título de sua obra. No seu discurso ressoam sentidos das primeiras versões mais conhecidas de *Chapeuzinho Vermelho*, de Perrault e dos Irmãos Grimm.

Sabemos que mudanças nas condições de produção geram mudanças de sentido – o que pode e deve ser dito numa formação discursiva já não é o mesmo que pode e deve ser dito em outra. No entanto, ainda se pode reconhecer em Garner um discurso de cunho pedagógico que, ao contrário de Perrault e Grimm, aposta na sutileza do jocoso para ensinar. Ensinar agora não mais o que podia e devia ser dito nos séculos XVII e XIX. (Perrault e Grimm, respectivamente) e sim, basicamente, os sentidos do final do século XX. Para isso, é necessário “limpar” o vocabulário daquilo que hoje não pode e não deve ser dito.

Como funciona isso na prática? Confirma-se ao longo da leitura de Garner sua inscrição na formação discursiva do movimento politicamente correto. Os princípios desse movimento, nas palavras de Siblot (1995, p. 60), são os da *moralização do vocabulário*. Moralizar o vocabulário significa, em última instância, moralizar o seu sentido, ou seja, dar-lhe o sentido de uma nova moral. Assim, é preciso que se invalide a moral vigente naqueles autores, a fim de instituir uma nova ética e, então, ensinar, não mais o velho sentido, mas um sentido novo. Para Borges (1996), o movimento pelo politicamente correto conjuga duas vertentes de matiz autoritário:

“a) apresenta-se como uma espécie de guia orientador quanto à forma de conter publicamente hábitos que possam ser considerados preconceituosos, b) funciona como um parâmetro (um cânone) censório, na medida em que faz uso de pressão social para enquadrar, em posição de opróbrio, os que incorrem em atitudes atentatórias ao que se auto-legitima como politicamente correto.” (p. 109).

* Movimento que surge no início da década de 90 nos EUA, em que existe uma preocupação quase obsessiva em demonstrar uma prática em que se evidenciam a democracia e a liberdade e que tem como alvo a “moralização” do vocabulário.

O próprio James Garner (1994, p.ix) considera obrigação dos autores contemporâneos repensar e *atualizar* essas histórias consideradas clássicas. Ao dizer isso, Garner também assume que seus sentidos precisam ser atualizados, confirmando que o discurso deve estar em consonância com as novas condições de produção. Para vir ao encontro dessas mudanças, características do que ele chama de *tempos mais esclarecidos*, segue as novas normas e *corrige a forma* de dizer a história. Assim, propõe-se a *redizer* os fatos na forma politicamente correta.

Essa proposta pode ser vista como a *política do silêncio* que, para Orlandi (1995), "(...) se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.". Esta política, segundo ela, instala o *antiimplícito*, que equivale a dizer 'x' para não (deixar) dizer 'y', uma vez que 'y' é o sentido que deve ser descartado do dito. Ficam proibidas certas palavras como se essa proibição se estendesse também aos sentidos. Dessa maneira, o não-dito fica necessariamente excluído e apagam-se os sentidos que se quer evitar, passando a existir o silêncio constitutivo, um mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer (p. 75-76).

Assim, o que ocorre no domínio discursivo de Garner, ao seguir as recomendações do parâmetro censório politicamente correto, é exatamente esse silenciamento do que não deve ser dito, porque, assim, esse sentido do que não foi dito (o não-dito) fica automaticamente excluído e passa a não existir. Essa censura asfixia o sentido do que não é dito.

A filosofia do politicamente correto visa a promover, na opinião de Borges (1996, p. 109),

"(...) o reordenamento das relações entre os diversos segmentos da sociedade, reordenamento esse orientado por uma prática ética que se revela imbuída de maniqueísmo, visto que submetida à dicotomia correto/incorreto."

E é essa censura politicamente correta que permeia a reescritura de Chapeuzinho Vermelho por Garner, através de sua política de silenciamento local.

Considerada por Borges (1996, p. 110) como

"(...) uma forma de controle social sempre vigilante, a evitar que sejam cometidos atos que violentem, ou que atentem aos direitos dos vários segmentos sociais, seja por alusão à cor, à

origem étnica, à condição social, sexual ou à atividade econômica, etc.”,

a filosofia do politicamente correto institui-se como uma forma de *vigilância e patrulhamento* que apenas “corrige” a forma de dizer, alterando-a para que não transpareça o preconceito, não corrigindo, de fato, o preconceito. Corrigindo o modo de dizer, apenas mascara o sentido velho com uma roupagem nova. Ou seja, o que se condena não é exatamente o preconceito em si, mas a *forma preconceituosa* de dizê-lo. Em outras palavras, o preconceito continua existindo, mas fica proibido expressá-lo. O que acontece é seu silenciamento, não sua eliminação.

Seguindo essas diretrizes, Garner aponta, de forma clara ou velada, o certo e o errado, sendo tão maniqueísta e moralista quanto o discurso que critica. Um é tão dogmático quanto o outro. O certo e errado apenas mudam de lugar, quando mudam.

Dentro desse movimento de correção, de moralização ou, melhor dizendo, de remoralização do sentido que ocorre no domínio de Garner, podemos detectar, no interior dos enunciados, a ressonância discursiva de algo que está sendo contestado – o não-dito.

Pode-se acompanhar esse esforço de reformulação do sentido ao longo de todo o domínio discursivo de Garner. Lê-se um implícito – algo que foi uma vez o que podia e devia ser dito, que permanece como um já-dito no interdiscurso (que é a exterioridade de uma formação discursiva), mas que é agora o que não pode e não deve mais ser dito. Instaure-se assim o *antiimplícito*, como o chamou Orlandi, que contradiz o já-dito interdiscursivo, o qual é transformado num não-dito discursivo, que deve ser corrigido. Isso se revela na voz do narrador em Garner, bem como na voz dos demais sujeitos. Essas vozes acusam uma mudança de sentido que ocorreu em relação àquela que se estabelece nas primeiras versões – de Perrault e Grimm.

O narrador ocupa-se de sentidos hoje considerados preconceituosos e que fazem parte do discurso discriminatório que tem acompanhado a ideologia burguesa por longo tempo. Na sua posição de sujeito corretor do discurso, o narrador busca retificar essas imagens e sentidos que ressoam no interdiscurso, denegando sua atualidade.

Diz o narrador, em relação à ação de Chapeuzinho, quando esta leva a cesta à sua Avó: “(...) não que isso fosse trabalho de mulher (...)”. Já em relação à Avó afirma que “(...) não estava doente, mas estava em plenas condições de saúde física e mental e inteiramente capaz de tomar conta de si mesma (...)”. E quando o Lobo irrompe

casa adentro e come a vovó, considera esta "(...) uma ação completamente válida para um carnívoro como ele." Existem ainda as palavras que Chapeuzinho dirige indignadamente ao Lenhador: "Como ousa presumir que mulheres e lobos não possam resolver seus problemas sem a ajuda de um homem!" Finalmente, faz explicitamente a apologia da renomeação, quando aponta as preferências do lenhador: "Seus gritos foram ouvidos por um lenhador (ou *técnico de lenha para combustível, como ele preferia ser chamado*) que ia passando." (nosso grifo).

Aborda essas discriminações, algumas delas históricas, negando-as ou delas zombando e, ao mesmo tempo, posicionando-se a favor da renomeação, Garner ensina a forma *desejável* de se abordar esses aspectos de maneira não-discriminatória.

Passamos a cotejar alguns dos sentidos que se estabelecem em Perrault e Grimm com os que se encontram em Garner. O que permanece e o que se modifica em Garner com relação a certas imagens, como a do perigo, a imagem de Chapeuzinho, do que é considerado adequado e o que não o é para uma moça, a imagem do Lobo, o prêmio e o castigo.

Entre as imagens que foram instauradas em Perrault e Grimm, a imagem do perigo é uma das que não se modificam na formação discursiva em que se inscreve Garner. Mantém-se, ainda, associada à floresta e, por extensão, ao Lobo, porque ele nela habita. Diz o narrador em relação à floresta: "Muitas pessoas acreditavam que a floresta era um lugar agourento e perigoso e nunca punham o pé lá."

Essa imagem que se impôs como sentido único por um longo tempo, é alterada pelo narrador de Garner quando diz que "(...) muitas pessoas acreditavam". Então, também está dito, lendo-se ao contrário, que outras *não* acreditavam. Fica contestado o sentido de verdade absoluta de perigo na floresta, pois é verdadeiro para algumas pessoas enquanto que para outras não. Quanto a isso ainda se ouve na própria voz do Lobo: "Sabe, minha querida, não é seguro para uma menina andar por estes bosques sozinha."

Neste domínio discursivo de Garner, portanto, a voz do narrador e a voz do Lobo retomam, num primeiro momento, o sentido do perigo, instaurado em Grimm, que ressoa no interdiscurso e que atribui à floresta qualidades negativas. No domínio de Perrault, a referência não é a floresta e sim o próprio Lobo, que traz a imagem da falsidade de certos homens no contato com a mulher. Retomemos a moral em que o narrador em Perrault assim descreve o perigo:

“Eu digo o lobo porque todos os lobos/ Não são do mesmo tipo./ Existe um que é manhoso/ Macio, sem fel, sem furor./ Fazendo-se de íntimo, gentil e adúlador,/ Persegue as jovens moças/ Até em suas casas e seus aposentos. (...) esses lobos melosos/ de todos eles são os mais perigosos.”.

Em Grimm, ouve-se na voz da Mãe: “Vai bem comportada e não te desvies do caminho, e não inventes de correr pela floresta”. Portanto, se “(...) não inventes de correr pela floresta (...)” é a ordem da Mãe, a floresta é o que deve ser evitado, o proibido, porque representa o perigo.

Essa imagem de perigo da floresta, segundo o narrador em Garner, é uma imagem *obviamente freudiana* (fazendo referência à interpretação simbólica da floresta), e se refere ao perigo de possível assédio sexual às moças, porque lá se encontra o Lobo Mau (o homem que é mau e perigoso). Por isso, em Perrault e Grimm, o contato das moças com o homem deveria sempre ser evitado, a não ser quando respaldado pelo casamento; porque são indefesas as moças, inocentes, ignorantes. O Lobo/homem, por sua vez, é sempre mau.

Assim se, por um lado, Garner ratifica a admoestação da Mãe (em Grimm), de que a floresta representa fonte de perigo (pelo menos para algumas pessoas), por outro lado, sendo o Lobo, a própria fonte de perigo, a fazer a admoestação, demonstra que já não ocupa a mesma posição-sujeito que lá ocupava. Temos, então, em certa medida, uma reversão de papéis. Vê-se o Lobo ocupando aqui uma posição que era anteriormente ocupada pela Mãe – do sujeito que admoesta, que ensina. O sentido do perigo masculino, que se inaugura em Perrault, fica, portanto, mantido no domínio discursivo de Garner.

Todo este sentido de perigo, que ainda se mantém em certa medida no domínio de Garner com relação à floresta, apoia-se na agressividade e esperteza do Lobo e na fragilidade e ignorância da menina, bem como no fato de ser a floresta o lugar onde se encontra o Lobo.

Vejamos agora o que ocorre com a imagem da menina. Diz Chapeuzinho em Grimm: “Pelo resto de minha vida nunca mais vou sair do caminho sozinha e entrar na floresta se a mamãe o tiver proibido”. Já em Garner o narrador descreve: “Chapeuzinho Vermelho, entretanto, tinha confiança suficiente na sua própria sexualidade emergente de maneira que tal imagem obviamente freudiana não a intimidava.”.

Evidentemente a posição-sujeito que Chapeuzinho Vermelho ocupava em Grimm já não é a mesma que ocupa em Garner, pois a imagem da menina temerosa e obediente dá lugar à uma imagem de um sujeito autoconfiante.

Ocorre, como consequência, a correção política de outros sentidos, como o do medo, que se desfaz a partir da autoconfiança de Chapeuzinho, sinalizando, assim, para o novo lugar que esta ocupa.

Nas atuais condições de produção, não existe a ignorância/inocência de Chapeuzinho. Ela conhece o Lobo e o que ele representa. Assim, quando o Lobo recupera a sua própria imagem de perigo, dizendo-lhe que "(...) não é seguro para uma menina andar pelo bosque sozinha.", recupera aquela imagem cristalizada durante um longo tempo que nos fala de uma menina que *deve* temer o bosque. O discurso da nova Chapeuzinho, sob a ótica do politicamente correto, repudia essa fragilidade e esse temor e dialoga de um lugar em que está, no mínimo, em condições de igualdade com o Lobo, quando diz: "Eu acho seu comentário sexista e ofensivo ao extremo, mas vou ignorá-lo por causa da sua tradicional condição de marginal (...)".

Ao dizer isso, também afirma que sexistas são todos os que antes dele fizeram essas mesmas admoestações. Sexista é uma posição-sujeito não mais tolerada nesta formação discursiva e, portanto, comentários sexistas são rechaçados e sujeitos sexistas são politicamente incorretos.

Pode-se constatar que, tanto em Perrault e Grimm como também em Garner, fica estabelecido o que convém e /ou o que não convém a uma moça, ou o "certo" e o "errado" para uma moça. Em Perrault, o Narrador estabelece o "errado", quando diz que: "(...) principalmente as moças, lindas, elegantes e educadas, /fazem muito mal em escutar /qualquer tipo de gente."

Já em Grimm, pode-se ler o "certo" e o "errado" às moças na voz da Mãe, que diz: "Quando chegares lá fora, vai bem comportada [certo] e não te desvies do caminho, e não inventes de correr pela floresta [errado]".

Em Garner, basicamente não existe a modificação desse sentido quando o narrador diz que "Chapeuzinho Vermelho continuou caminhando pelo caminho principal.", pois reitera, assim, o sentido do "certo". Apesar de ter liberdade para fazê-lo, Chapeuzinho não se afasta do caminho principal.

Assim, pode-se inferir que o caminho recomendado às "boas meninas", o caminho principal e não os desvios, continua sendo o

que ela, como uma “boa menina”, deve seguir e segue. Não se desvia, como as Chapeuzinhos de outras versões. Apesar de estar na floresta, não se desvia do caminho principal.

Vamos agora à imagem do “Lobo Mau”, que se inaugura em Perrault e Grimm, e se mantém no interdiscurso através de versões posteriores. Apoia-se, essencialmente, num sentido de maldade, falsidade e esperteza. O Lobo (homem) é mau e isso envolve perigo; o Lobo é o “lobo mau” e isso sintetiza tudo. Em Perrault constava que “esses lobos melosos/ de todos são os mais perigosos”. Em Grimm, o Lobo constava como *bicho malvado, manhoso, esperto, pecador*. Já em Garner é a própria menina que emite seu julgamento ao dirigir-se a ele:

“Eu acho seu comentário sexista ofensivo ao extremo, mas vou ignorá-lo por causa da sua *tradicional condição de marginal, o que deve ter lhe causado um estresse que o fez desenvolver sua visão de mundo própria, inteiramente válida*. Agora, se você me dá licença, eu preciso ir.” (nosso grifo).

Além disso, o narrador complementa a imagem do Lobo:

“Chapeuzinho Vermelho continuou caminhando pelo caminho principal. Mas porque *sua condição de marginal o tinha libertado da aderência escravizada ao estilo de pensamento linear ocidental*, o lobo conhecia um atalho mais rápido para chegar à casa da vovó. Ele irrompeu casa adentro e comeu a vovó, *uma ação completamente válida para um carnívoro como ele*. Depois, *liberto das noções tradicionais rígidas do que é masculino ou feminino*, ele vestiu a roupa de dormir da vovó e se enfiou na cama.” (nosso grifo).

Tem-se aí, portanto, a imagem atual do Lobo, que anula aspectos negativos da sua imagem tradicional. Primeiro, o Lobo/homem tem sido visto como marginal*. Isso leva a concluir que, segundo Chapeuzinho garneriana, quem não é marginal, tem uma “(...) aderência escravizada ao estilo de pensamento linear ocidental (...)”. Logo, quem não tem essa aderência é livre dessa escravidão. Portanto o Lobo é livre. Ser livre dentro desta formação discursiva é altamente positivo.

Em segundo lugar, o Lobo é carnívoro. Ora, carnívoros comem carne. Portanto, toda essa tradicional conotação negativa do Lobo como comedor de vovozinhas e menininhas não tem razão de ser,

* Na versão em inglês “an outcast from society”, “his status outside society”.

pois é de sua natureza. Logo, quem disse que ele estava errado deve ter uma "(...)" aderência escravizada ao estilo de pensamento linear ocidental "(...)" da qual ainda não se libertou. Por outro lado, o próprio Lobo deve ter ficado preso por algum tempo, às "(...)" noções tradicionais rígidas do que é masculino ou feminino "(...)", uma vez que delas agora se liberta.

Além disso, como o Lobo representa metaforicamente uma faceta do homem, este também fica incluído, em certa medida, na justificativa. O homem tem seus desejos pela força de sua natureza e, portanto, sua ação de "comer" meninas (ou vovozinhas) também é plenamente justificada. Está sempre com vontade de "comer" meninas inocentes e isso, ao contrário de envergonhá-lo, é visto como sob a ótica do politicamente correto. A tal ponto que lhe é permitido dizer: "Eu estou contente de ser *quem* eu sou e *o que* eu sou".

A ação do Lobo é tão agressiva nesta reescritura como nas anteriores, mas existe, como se pode observar, uma reversão do sentido negativo tradicionalmente atribuído a essas características. O que era mau passa a ser simplesmente natural.

Assim, é permitido ao Lobo mostrar claramente quem ele é e o que ele é, sem considerar vergonhosa sua agressividade, sua gula, seu apetite desenfreado; pelo contrário, permite-lhe até sentir um certo orgulho de sua natureza. Por outro lado, é permitida a Chapeuzinho a escolha de andar pela floresta sozinha, com a consciência do perigo que isso envolve.

Também é permitido, nesta formação discursiva, constituírem os três, Chapeuzinho, Lobo e Avó *um lar alternativo* e viverem *felizes para sempre*. Surge, claramente, uma nova moral caracterizando a nova formação discursiva, em que os valores são outros, diferentes daqueles vigentes na sociedade que embasa o discurso em Perrault e Grimm.

Além disso, o narrador garneriano traz para o contexto da história de Chapeuzinho Vermelho a possibilidade de ser "feliz para sempre", recuperando assim um final que nunca foi o seu, em nenhum domínio discursivo, mas que sempre foi comum em outras histórias infantis. Assim, Chapeuzinho Vermelho recupera o direito de ser "feliz para sempre", não com o "príncipe encantado", o homem perfeito, mas com o Lobo, que não é nada perfeito, e sim que é como sua natureza lhe permite ser e isso o torna politicamente correto.

Vamos examinar, a seguir, o ponto que nos parece mais contraditório nesta história inscrita na formação discursiva politicamente correta que é a questão do crime e do castigo.

A punição que recai sobre um inocente está presente tanto em Perrault como em Garner. No domínio de Perrault, quem sofre a punição da morte é a menina, que é inocente de qualquer crime, a não ser do crime de não conhecer o Lobo e não saber o perigo que ele representa. Em Garner, a punição da morte também recai sobre um inocente – o Lenhador – que é acusado (jocosamente) por Chapeuzinho de ser *especista**, uma discriminação da qual nunca se ouviu falar. Enquanto isso, os verdadeiros agressores – o Lobo em Perrault, assim como a Avó e o Lobo, em Garner não são punidos. Assim como parece injusto o castigo infligido a Chapeuzinho em Perrault, também parece injusto o castigo infligido ao Lenhador em Garner.

Em Perrault, não existe nenhuma reação de Chapeuzinho à agressão do Lobo que a devora. Ela não tem sequer tempo de esboçar qualquer reação; sua morte sela seu destino, previsível e certo. Para o Lobo, entretanto, não existe castigo previsto. Ele é o vencedor e recebe o prêmio (Chapeuzinho) por sua astúcia. Chapeuzinho, no entanto, é punida por sua ignorância.

Em Grimm, a menina também é impotente diante do Lobo e, por isso, também é comida, embora sua “ressurreição” permita uma oportunidade de arrependimento, conseqüentemente, de vida. Ouve-se aí o eco do discurso religioso no qual Deus dá uma nova oportunidade aos pecadores, quando existe arrependimento. Chapeuzinho arrepende-se, portanto, pode continuar vivendo. O Lobo é um pecador que não se arrepende, portanto, deve morrer.

Na reescritura de Garner**, existe o susto da menina que conhece o potencial do Lobo, mas também a indignação por estar o Lobo *propositadamente invadindo* o seu *espaço pessoal*. Esta indig-

* “Especista” é uma tradução literal, não dicionarizada para “specieist”. Não foi encontrado o termo “specieist” nem mesmo em dicionários monolíngües da língua inglesa. Trata-se de um neologismo do qual não encontramos registro em outra fonte, criado à semelhança de “racist”, que discrimina pessoas pela sua raça; “sexist”, que discrimina pessoas pelo seu sexo. Assim, “specieist”, que traduzimos por “especista”, é quem discrimina seres pela sua espécie; no caso, o lenhador que, nas palavras de Chapeuzinho, estava discriminando o Lobo por ser de outra espécie (não humana).

** “Chapeuzinho Vermelho gritou, não porque ela estivesse alarmada a respeito da aparente tendência do lobo de travestir-se, mas por causa da proposital invasão do lobo no seu espaço pessoal. Seus gritos foram ouvidos por um lenhador (ou técnico de lenha para combustível, como ele preferia ser chamado) que ia passando. Quando irrompeu na cabana, ele viu a confusão e tentou intervir. Mas quando ergueu seu machado, ambos Chapeuzinho Vermelho e o lobo pararam.

nação, entretanto, transfere-se para o Lenhador que *ergueu seu machado* contra o Lobo. Chapeuzinho e o Lobo se indignam com a ação do lenhador. E aí parece haver, no interior desse discurso politicamente correto, um fato politicamente incorreto: a Avó "(...) pulou para fora da boca do lobo, pegou o machado do lenhador e cortou-lhe a cabeça."

A Avó, matando o lenhador e salvando o Lobo, mostra a representação insólita da vítima defendendo o agressor e agredindo seu salvador. Ao mesmo tempo, a Avó, que é fraca e indefesa em Perrault e Grimm, revela-se com uma carga de força ("... sua avó não estava doente, mas estava em plenas condições de saúde física e mental ...") e agressividade ("... a avó pegou o machado do lenhador e cortou-lhe a cabeça ...") capaz de destruir um semelhante seu, o que revela uma outra posição-sujeito nova, que torna evidentes elementos da ordem do diferente.

O que parece errado numa posição-sujeito, não parece errada em outra. O Lenhador recebe uma punição porque "(...) confiou à sua arma a tarefa de pensar por ele, comportando-se como um Neanderthal". Entretanto, o castigo que lhe é infligido é o mesmo que ele (Lenhador) pretendia infligir ao Lobo. O "errado" para o lenhador parece não ser "errado" para a Avó. Sendo o lenhador quem ocupava a posição de defensor e o Lobo a de agressor, não significaria que estamos diante de uma aparente contradição?

Por que, dentro desse discurso que se propõe ser limpo de preconceitos, a ação do lenhador, que tem a intenção de matar o Lobo para defender Chapeuzinho, não é correta e por isso não é permitida e, por outro lado, porque é correto, ou pelo menos permitido à Avó matar o lenhador? Qual é, afinal, o crime do lenhador? Talvez seu crime seja o fato de ser um *especista*, ou seja, ser preconceituoso, e

"E o que você acha que vai fazer?" perguntou Chapeuzinho Vermelho. O lenhador pestanejou e simplesmente não lhe vieram as palavras. "Invadindo este lugar como um Neanderthal, confiando à sua arma a tarefa de pensar por você!" ela exclamou. Sexista!

Especista! Como ousa presumir que mulheres e lobos não possam resolver seus problemas sem a ajuda de um homem!"

Quando a vovó ouviu o discurso inflamado de Chapeuzinho Vermelho, ela pulou para fora da boca do bolo, pegou o machado do lenhador e cortou-lhe a cabeça. Depois desta provação, Chapeuzinho Vermelho, vovó e o lobo sentiram alguma coisa em comum em seus propósitos. Decidiram construir um lar alternativo baseado em respeito mútuo e cooperação, e viveram juntos e felizes no bosque para sempre." (GARNER, 1994, p. 4)

o preconceito, dentro dessa ótica, é mortal. É o que não pode e não deve ser dito.

Com a "asepsia" das novas formas de dizer, tudo o que antes era proibido, baseado na discriminação, passa a ser permitido. Por outro lado, tudo que antes, baseado na discriminação era permitido, fica proibido. Assim, também apresenta uma (outra) moral, bastante rígida, na qual toda discriminação fica *proibida de ser revelada*.

O que fica claro é que a moral vigente dentro da formação discursiva em que se inscreve Garner não coincide com aquela em que se inscreviam Perrault e Grimm. Assim, se contemplarmos a moral de uma sob a ótica da outra, certamente ambas parecerão contraditórias. Percebemos, então, que esta aparente incoerência representa verdadeiramente o aspecto polissêmico do discurso politicamente correto, dentro do qual novos sentidos são permitidos, embora outros sejam proibidos por sua moral diferente, mas igualmente inflexível.

Assim, a aparente fragilidade e inconsistência interna deste discurso deixa perguntas no ar e mostra sua face polissêmica. Na busca da reversão do sentido dos paradigmas anteriores, revela, na verdade, o sem-sentido, que é a reversão do sentido levada a seu exagero. Trata-se, pois, de uma nova formação discursiva que precisa ser, evidentemente, contrária àquela que pretende refutar. Mas o sentido novo não tem ainda o seu lugar.

Apesar de todas essas reversões de sentido e da evidência de uma nova formação discursiva, não se pode afirmar que estamos diante de um discurso exclusivamente polissêmico, em que ocorre uma reversão total dos sentidos. O que parece haver é uma mescla do discurso antes exclusivamente autoritário com a liberdade de movimentos do discurso polissêmico. O discurso politicamente correto, permitindo a emergência da polissemia em certa medida, confirma que, como pensa Orlandi (1996, p. 25), muitas vezes os discursos não se apresentam na sua forma pura.

De fato, as verdades apresentam-se como novas, mas o tipo de discurso continua sendo, no fundo, também o impositivo, o pedagógico. É o autoritário velho dando lugar ao autoritário novo, em que a ordem não é mais explícita e sim dissimulada, disfarçada em liberdade de fazer (mas não de dizer), impondo modos de dizer. Neste discurso politicamente correto está imposta a ausência do preconceito no dizer, encoberto pelo tom jocoso. Um jocoso que busca legitimar o sentido que teoricamente emerge da nova forma de dizer.

No interior deste discurso, existem, pois, duas facetas antagônicas. Se, por um lado, há reversões de sentido em relação às versões de Perrault e Grimm, fazendo surgir, em certa medida, a polissemia, por outro lado, a grande “nova verdade”, que subjaz a essa formação, refere-se à condenação do preconceito e à discriminação que dele decorre. Sendo um discurso que estabelece a ausência do preconceito e discriminação, o que é desejável, porque promove a igualdade entre todos, por outro lado, não *propõe*, mas *impõe* essa forma de ver. E impõe essa nova forma de ver através da proibição de um dizer, e da imposição de outro dizer. Assim, a denominação “politicamente correto”, revela sua natureza: o discurso deve ser (formalmente) “correto”. Este correto supõe o incorreto, que é condenado e deve ser banido do discurso. Ao mesmo tempo, revela também que essa correção é apenas aparente, quando diz que é uma correção “política”, ou seja, estratégica. O discurso precisa ser apenas “politicamente” correto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BORGES, Luiz C. A Busca do Incontrolável: uma missão politicamente (in)correta. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 31, p. 109-125, jul./dez. 1996.
- 2 GARNER, James Finn. Little Red Riding Hood. In: _____. *Politically Correct Bedtime Stories*. New York: MacMillan, 1994. p. 1-4.
- 3 GRIMM, Brüder. Rotkäppchen. In: _____. *Die schönsten Märchen*. Compilação de Eduard Fischer em sua forma original. Olten: Walter Verlag, 1949. p. 202-205.
- 4 ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Edusp, 1996.
- 5 ORLANDI, Eni P. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- 6 PERRAULT, Charles. *O Chapeuzinho Vermelho*. Tradução do original francês (1667) por Francisco Balthar Peixoto. Porto Alegre: Quարup, 1993.
- 7 SIBLOT, Paul. La Police des mots: Euphémismes, ou comment ne pas appeler les choses par leur nom. *Discours social/Social Discourse*, Montreal, v. 7, n. 1-2, p. 59-60, 1995.